

COM A 
PALAVRA

ELAS

Trajetórias, desafios e conquistas



1ª edição

Expediente

Reitor

Luiz Otávio de Magalhães

Vice - Reitor

Marcos Henrique Fernandes

Assessor Geral de Comunicação

Rubens Jesus Sampaio

Coordenação de Comunicação

Emanuela Lisboa

Jornalista Responsável

Patrick Moraes

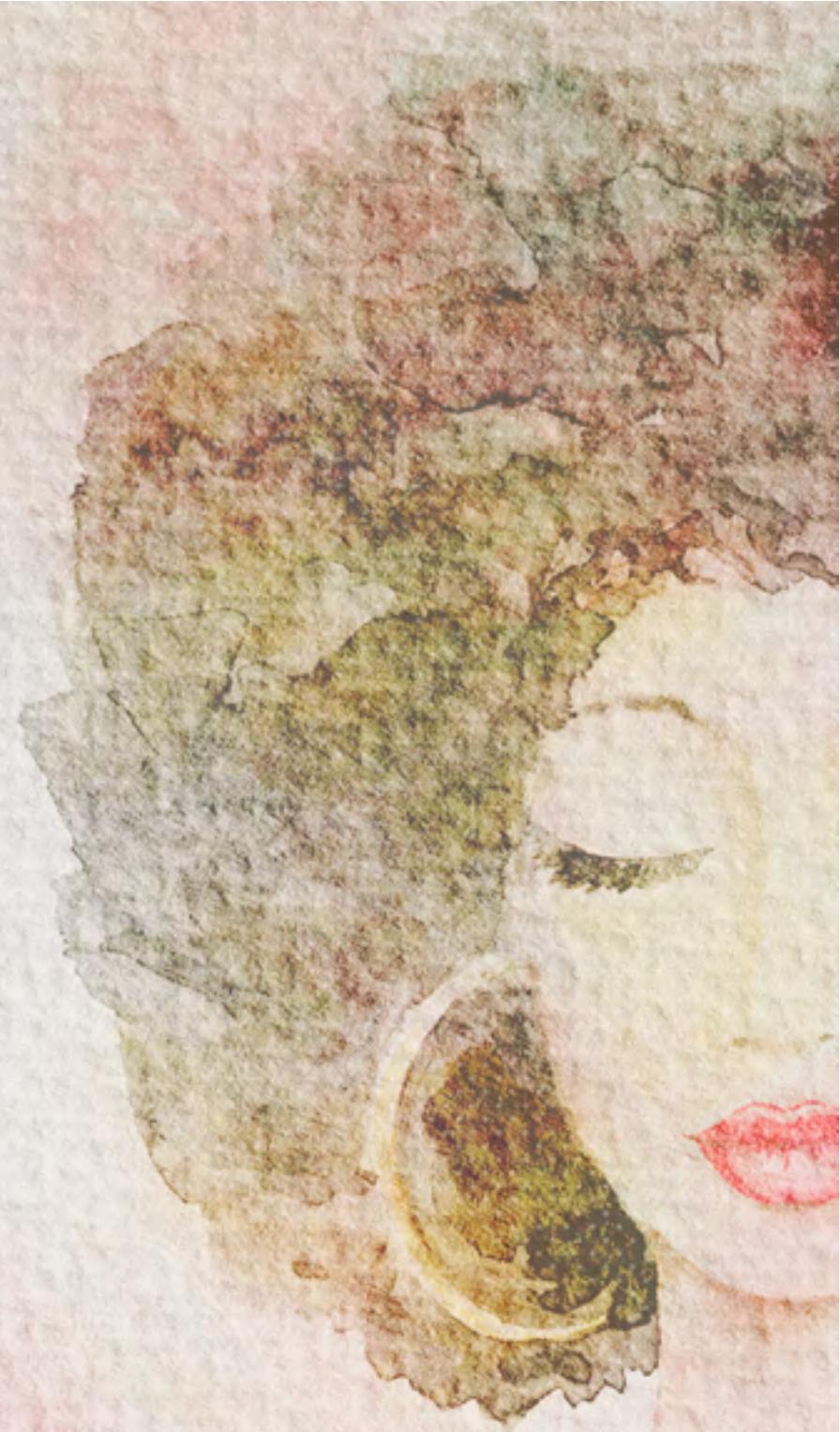
Edição e Revisão

Juliana Silva

Patrick Moraes

Artes e Diagramação

Tâmara Aguiar





Índice

Apresentação 04

Ativismo 05

Educação 09

Gestão Pública 13

Literatura 17

Feminismo Negro 21

Assédio 25

Pesquisa 29

Amamentação 33

Esporte 37

Licença Poética 41

Memórias 45

Apresentação

Palavras que contam histórias, que traduzem sentimentos, que expressam ideias, que escrevem vidas. Em meio a tantas narrativas do cotidiano da Universidade, o desejo de revisitar as histórias das pessoas que compõem esse universo surge como proposta para criação de um novo produto da Assessoria de Comunicação.

“Com a Palavra” é o modo de tentar falar daqueles que constroem cada pedaço da grande narrativa. “Com a Palavra” é um pequeno espaço que busca compreender o todo social falando das particularidades dos muitos que estão ao redor.

Em formato de e-book, o produto tem sua primeira edição lançada dentro do Mês da Mulher. Mês lembrado pelas lutas e conquistas em prol da equidade de direitos entre gêneros, mês no qual é necessário ouvi-las ainda mais, deixar que elas, mulheres, falem delas

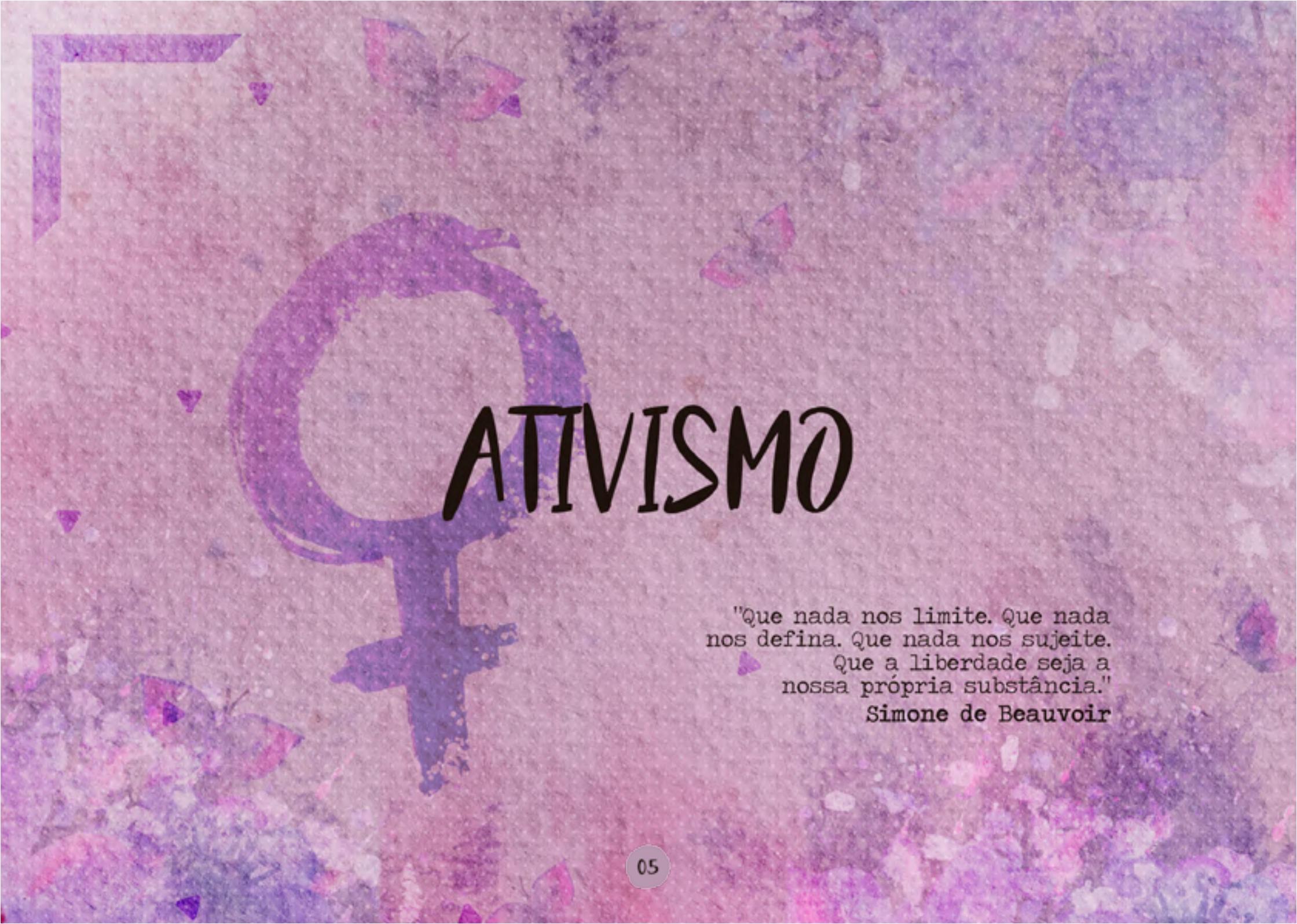
mesmas e que possamos aprender com suas dores e suas celebrações.

Foi por meio das narrativas de grandes mulheres que escreveram – e ainda escrevem – o percurso da história da Uesb, que todo o conteúdo dessa edição foi feito. Na busca pela representação da diversidade, cada capítulo dá voz ao mundo de muitas delas, entendendo que o papel da mulher é tão múltiplo como sua capacidade de se reinventar e de conquistar espaços.

Agora, de páginas abertas, querido leitor, fique à vontade para embarcar nas diversas trajetórias de mulheres que, com a palavra dada, fazem de cada texto uma verdadeira lição de vida.

Patrick Moraes,
jornalista





ATIVISMO

"Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância."

Simone de Beauvoir

Elas lutam por nós

Em 2014, Patrícia Cara, professora da Uesb, ouviu, enquanto participava de um Congresso em Brasília, que estava sendo uma péssima mãe. Na ocasião, seu filho tinha ficado aos cuidados da avó para que Patrícia pudesse participar do evento como representante da Associação dos Docentes (Adusb), seção sindical à qual pertence e foi, recentemente, eleita como secretária regional. Na Adusb, a docente exerce sua militância política, especialmente na luta pelas mulheres trabalhadoras – faz parte do Grupo de Trabalho que trata sobre questões étnico-raciais, gênero e diversidade sexual.

Embora reconheça a sobrecarga de atividades que o ativismo político gera em sua vida, Patrícia não se imagina mais fora dessa luta: “acumulo cargos: sou mãe, filha, esposa, professora, pesquisadora, orientadora

e também vou à luta”. Ela conta que a rede de apoio – família, amigos e espaços adequados para crianças – é fundamental para que consiga exercer suas atividades, especialmente quando não é possível levar seu filho para atos e movimentos de que participa. “Para mim, a militância é um combustível; infelizmente, ainda ouço que as mulheres ficam endurecidas após ingressar no ativismo”, relata. Para ela, resistir e romper esses preconceitos e estereótipos fazem parte das atividades da luta feminista, mas, também, do movimento docente da qual do qual integra.

Dessa forma, Patrícia salienta a importância da paridade de gênero – conquista recente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), que também orienta às demais decisões das

seções sindicais – que determina em 50%, ao menos, a presença de mulheres nas composições das diretorias. “Esse é um instrumento valioso para garantir e estimular a presença das mulheres nos movimentos, mas, também, para viabilizar meios das mulheres ocuparem esses lugares”, afirma. Na decisão, também está incluída a garantia de assegurar a presença dos filhos, reservando espaços adequados para eles – como as creches.

Às que vieram antes de nós – Para celebrar as vitórias diárias das lutas feministas, foi preciso que mulheres trabalhadoras estivessem no *front*, exigindo a ampliação dos Direitos Humanos, com particularidades históricas da pauta feminista. No início e em meados do século 20, em diversas partes do mundo, movimentos de mulheres reivindicaram seus direitos. Em 1911, em Nova York, 146 trabalhadores – dentre eles, 129 mulheres e 17 homens – morreram em decorrência de um incêndio na fábrica Triangle Shirtwaist Company. As condições de trabalho, especialmente das mulheres, eram degradantes: elas recebiam um terço a



menos que os homens, jornadas extenuantes e sem condições de segurança.

Após o incêndio, os donos da fábrica foram julgados – com um júri composto apenas por homens – e inocentados. Naquele período, mulheres de várias partes do país já deflagravam greves contra condições intoleráveis de trabalho. A história do Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, atravessa o movimento das mulheres operárias norte-americanas e ainda se constrói e reconstrói como momento de luta. Somente em 1975, a ONU reconheceu a

data como símbolo da luta das mulheres por direitos políticos e sociais.

Flores como tentativa de apagamento –

Relembrar os caminhos de luta é também um modo de resistir, entender a história e evitar reproduções equivocadas de discursos de menosprezo à mulher. Por isso, os movimentos feministas lutam para que as flores – comumente distribuídas na data – não apaguem o sentido histórico da data. “A pauta do feminismo está avançando lentamente, mas está muito aquém do que esperamos. Ainda temos alto índice de violência contra as mulheres, baixa participação feminina no Congresso Nacional, taxa de desemprego duas vezes maior que a dos homens, feminicídio etc”, ressalta Patrícia. Nesse sentido, o 8 de março é um marco político contra as estruturas materiais e simbólicas – manifestadas pelo patriarcado e machismo – que insistem em seguir acesas.

Texto:



Tamires Peixoto,
jornalista



EDUCAÇÃO

"A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele."
Hannah Arendt

Protagonistas do aprendizado

Numa espécie de trânsito do invisível para a visibilidade, as mulheres que viveram entre os séculos 19 e 20 se viram ocupando um espaço diferente do que lhes era imposto pela cultura patriarcal vigente: as salas de aula, como professoras e alunas. Entretanto, a presença da mulher na educação permanecia atrelada não ao seu aperfeiçoamento ou satisfação, mas ao cultivo do que era considerado o comportamento ideal a elas diante da sociedade e do lar, o que legitimava a exclusão de mulheres em outros níveis de ensino.

Na contramão desse método, a educadora Nísia Floresta Augusta, considerada uma das pioneiras do Feminismo no Brasil, funda, no Rio de Janeiro, ainda no século 18, a primeira escola para meninas que, ao invés de privilegiar o ensino doméstico, se concentrava no ensino de Ciências Exatas,

Naturais, Gramática e Artes. A partir daí, e com o advento da República, os movimentos feministas no Brasil ganham fôlego e assumem diversas pautas.

Já no fim do século 20, com o aumento da escolarização feminina e com a redemocratização do país, os objetivos dos movimentos feministas vão se adaptando à dinâmica da sociedade. Nesse contexto, a presença de mulheres em outros níveis acadêmicos, lecionando pautas voltadas a elas, se torna ainda mais frequente. É o caso da professora Carmen Carvalho, que atua no curso de Jornalismo da Uesb.

“Entre em 2003 na Uesb e, de lá para cá, percebi que da mesma maneira que o movimento feminista no Brasil passou a ganhar mais força e se popularizar, especialmente pela luta dos movimentos

sociais e pela disseminação de conteúdo a respeito do tema, essas discussões se tornaram mais presentes na universidade que, como uma parte da sociedade, também reproduz o machismo. No entanto, o machismo tem sido mais percebido e debatido do que há 15 anos. Vejo professoras e alunas, ainda que em número reduzido, muito mais conscientes dos seus direitos como mulheres e mobilizadas tentando provocar uma mudança”, destaca a docente.

Carmen afirma que, como professora, se posiciona como feminista e traz para as aulas assuntos referentes às lutas cotidianas das mulheres. “A partir dessa construção minha, como mulher feminista e professora, que também percebi o quanto os estudantes do sexo masculino me interrompiam e até me contestavam em sala de aula, diferentemente das estudantes do sexo feminino. Perceber isso e levar para a sala de aula foi um aprendizado para todos os envolvidos”, conta.

Ampliação do debate – Como forma de ampliar as discussões sobre a mulher, surgiu,



Carmen Carvalho



Gabriele Marisco

em 2017, na disciplina “Jornalismo Digital”, ministrada pela professora Carmen, a editoria “Maria Maria”, que nasceu junto ao site Avoador, produto laboratorial da disciplina. Segundo a docente, a editoria foi criada a partir de uma perspectiva feminista, com a proposta de discutir temáticas relacionadas às mulheres, que não são notícia na mídia tradicional local. Duas reportagens da editoria

fizeram história pela sua repercussão. De acordo com a docente, a primeira falou sobre violência obstétrica na cidade e contou histórias de mulheres que passaram por essa situação. A reportagem gerou muitos compartilhamentos nas redes sociais. A segunda destacou o constrangimento gerado por uma foto polêmica com mulheres penduradas, publicada por um bar de Vitória da Conquista, em uma rede social. A matéria gerou não só uma grande quantidade de acessos, como ações da subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil e falas na Câmara Municipal de Vereadores.

Desconstrução de tabus – Temas como a sexualidade feminina seguem como tabu diante do machismo estrutural presente na sociedade. Com o intuito de romper essas barreiras, a professora Gabriele Marisco, do curso de Biologia da Uesb, desenvolve projetos com enfoque em Educação em Saúde. Um deles tem como tema o papilomavírus humano (HPV), vírus relacionado ao desenvolvimento de câncer do colo do útero, principalmente em mulheres jovens.

“Esses projetos visam abordar temas atuais que, às vezes, geram desconforto ou insegurança de serem abordados pelo corpo docente. Vale ressaltar que todas as atividades são organizadas pensando na idade do público que precisa ser atendido, usando formas de abordagens e metodologias apropriadas”, explica Gabriele.

A docente conta ainda que a ideia dos projetos surgiu a partir da observação da demanda de conscientização sobre o tema. “Cabe a mim, como professora, além de me preocupar com a transmissão do conhecimento, usar metodologias que favoreçam a compreensão, me atentando sempre às realidades dos alunos”, finaliza.

Texto:



Tais Patez,
estagiária de
jornalismo

The background of the page features a stylized illustration of several women with their arms raised in a gesture of protest or solidarity. The illustration is rendered in a dark red color against a light pink, textured background. The women's faces are expressive, with some appearing to shout or cry. The overall aesthetic is reminiscent of mid-20th-century social movement posters.

GESTÃO PÚBLICA

"O fato de as mulheres não fazerem parte da vida pública não se explica apenas por elas terem sido afastadas desse espaço em momentos diversos. Mas porque elas não contaram a sua própria história."

Márcia Tiburi

Quebra de paradigmas

Com mais de 40 anos dedicados à Administração Pública, Maria Creuza Viana, chefe da Procuradoria Jurídica da Uesb, fez da exceção a regra da sua vida. Mulher, negra, filha de arrumador de cacau e costureira, como ela mesmo faz questão de contar, já na década de 1970, mostrou que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive em cargos de liderança, independentemente de sua raça ou origem.

“Curiosamente, entrei na administração pública, concomitantemente, com o ingresso na Universidade – à época, Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), atualmente, Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), para cursar Direito em 1977”, relembra Maria Creuza.

Naquela oportunidade, ela havia passado em

três concursos, mas optou por ser servidora no Instituto de Cacau da Bahia (ICB), uma das autarquias mais importantes do Estado da época. Lá, entre outras coisas, assumiu a Diretoria Administrativa do órgão e, mais tarde, chegou ao posto de chefe da Procuradoria Jurídica. Em 1989, ela encarou um outro grande desafio: implantar a Procuradoria Jurídica da Uesc, colaborando com as primeiras normas estatutárias e regimentais da Instituição, que acompanharam a Carta Consulta para obtenção da autorização da Universidade.

Já a partir de 2004, uma nova oportunidade surgiu e ela passou a fazer parte do quadro funcional da Uesb. Já se somam mais 15 anos à frente da Procuradoria Jurídica da Universidade. “Orgulho-me muito do meu trabalho, do espaço que conquistei, que é o resultado de toda minha luta diária, de toda

minha incessante busca pelo conhecimento e de todo meu empoderamento, que carrego desde a juventude”, destaca a procuradora.

Ela, no entanto, faz parte de uma estatística que representa a força do machismo na sociedade. Segundo o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, apesar da participação feminina representar cerca de 44% dos servidores na Administração Pública, desse total, apenas 13% ocupam cargos de decisão. “Efetivamente, é, ainda, muito aquém a representatividade da mulher em cargos da Administração Pública, mas, lentamente, estamos conquistando direitos e ganhando espaço no mercado de trabalho. Porém, mesmo com a representatividade feminina tendo ganhado força, a desigualdade de gênero, o ‘sexismo’, no trabalho ainda é uma realidade”, afirma Maria Creuza.

Segundo ela, é fundamental para as mulheres ocuparem cada vez mais espaços que antes eram reservados apenas para homens, mesmo enfrentando desafios maiores, oriundos de aspectos históricos,



sociais e culturais. Por isso, de acordo com a procuradora, é necessário que a mulher vá à luta, seja perseverante em busca de seus ideais e de seus objetivos: “o empoderamento feminino traz isso como um dos principais

objetivos, que é a diminuição da desigualdade que ainda existe no mercado de trabalho”.

Liderança feminina - Na história da Uesb, muitas mulheres ajudaram a construir o nome da Universidade, que hoje é referência nacional. Uma delas é Walquíria Leda Albuquerque. Ela é a única reitora que a Uesb teve até hoje.

Walquíria assumiu o comando da Instituição entre 1983 e 1987, quando a Uesb dava seus primeiros passos. Assim, a então superintendente, teve papel decisivo na implantação da Universidade, pois foi nesse período que diversas ações básicas foram executadas, visando a autorização de funcionamento da Uesb.

“Legislação, carta-consulta, regimento, quadro de carreira profissional, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão da Universidade Federal da Bahia (Fapex/Ufba); ações perante o Conselho Estadual de Educação (CEE) e o Conselho Federal de Educação (CFE) para autorização

e reconhecimento dos cursos; apoio e incentivo à qualificação do corpo docente e administrativo” foram algumas dessas ações, como lembra Walquíria.

Especialista em Administração Universitária, para ela, estar à frente de uma Instituição que ainda estava nascendo foi desafiador, mas Walquíria conta que com o apoio da equipe administrativa e da comunidade acadêmica, foi possível fomentar essas questões básicas de infraestrutura.

Texto:



Juliana Silva,
jornalista



LITERATURA

"Os livros vão ajudá-la a entender e questionar o mundo, vão ajudá-la a se expressar, vão ajudá-la em tudo o que ela quiser ser."

Chimamanda Adichie

As palavras que dão voz

Entre revistas em quadrinho, livros de Monteiro Lobato e, até mesmo, as histórias narradas em rodas de conversa, a paixão pela leitura surge na vida de muitas crianças. Foi assim com Ana Isabel Rocha e Adriana Abreu, mulheres que, desde muito cedo, encontraram na literatura uma forma de conhecimento, prazer e fala.

Professora aposentada pela Uesb, Ana Isabel Rocha afirma, com convicção: “o certo é que nunca fico um período, por menor que seja, sem que esteja lendo um livro de literatura. Nunca! E isso não é por obrigação e, sim, por intenso prazer”.

Com quatro livros publicados, Ana distingue bem suas paixões. A leitura é o prazer, o hábito, o vício, a mania incansável. A escrita já não é tão simples de definir, pois há momentos

prazerosos e há momentos doloridos, de imersão na própria criação ficcional. “Costumo dizer que o instante processual de escrever literatura é meio esquizofrênico”, compara.

Por gostar de bons enredos, Ana definiu o romance como seu gênero de escrita literária, e já publicou os livros “Malva – um meio sorriso e um certo olhar”, “Heloísa – a do povo de Vicente” e “Carmela – uma história de amor”, além da coletânea de textos “Oração de cada dia”, que mistura poesia, reflexão e oração. “O hábito de ler literatura levou-me a escrever literatura. Não sou poeta. Contudo, busco salpicar poesia em minhas narrações”, confessa Ana.

Literatura como denúncia – Aos 9 anos, Adriana publicou sua primeira crônica em um

jornal na cidade de Valença, interior do Rio de Janeiro. Depois veio a graduação em Letras e, de apaixonada pela leitura e escrita, ela se tornou a responsável pela formação de novos escritores ao lecionar sobre produção textual por anos em sua carreira de docente – que inclui suas vivências em salas da Uesb.

Hoje, Adriana se dedica às teorias literárias, com foco na crítica feminista e no trabalho de renomadas escritoras. A partir da leitura e pesquisa de mulheres das décadas de 1980 e 1990, ela afirma que a literatura é um espaço tanto de expressão pessoal, como de denúncia político-social. “A literatura é um espaço de denúncia. De denúncia do patriarcado, do sexismo, da dificuldade de ser escritora, de ser mulher, numa sociedade machista e misógina. Há muita literatura de quebra de paradigmas dessas mulheres”, conta.

Adriana lembra também o quanto é importante a presença de mulheres à frente das narrativas. “Sabe-se da mulher pelos homens. Mas, quando ela decide escrever,

todos os preconceitos e todas as limitações que a sociedade impõe a elas [se rompem]”, pontua a estudiosa.

Espaço de resistência – Entusiasta das palavras, a professora Ester Maria de



Figueiredo abraçou a literatura e foi além da sala de aula. Em 2016, ela esteve à frente da curadoria da primeira edição da Feira Literária de Mucugê, a Fligê, um dos maiores eventos da área na Bahia. “Estamos na quarta edição, entendendo a literatura como essa palavra de arte, como uma arma na perspectiva de transformação social e de criação de uma nova estética para a sociedade”, conta.

Pesquisadora nas áreas de Língua e Literatura da Uesb, Ester lembra o quanto a presença da mulher nos círculos literários foi incessantemente negada em nossa história. “Antes da criação da Academia Brasileira de Letras, a gente já tinha a presença de escritoras que tinham esse objetivo. A Julia de Almeida é uma delas e não consta seu nome na lista de constituição da Academia. Essa invisibilidade é até maior porque Julia era casada com um escritor e consta o nome do esposo de Julia como um dos fundadores da Academia”, relata.

A história de Julia só foi revelada por meio de uma pesquisa publicada em 2017, um ano

antes da 4ª edição da Fligê. O relato motivou a escolha de uma programação com forte presença feminina entre as convidadas, trazendo como mote central “Literatura e Resistência”. Ester lembra que essa negação pode ir além do gênero: “nesse conjunto de invisibilidades, além de ser mulher, você pode somar sim a ausência da mulher escritora indígena e negra, que se avoluma bem mais”.

Ana, Adriana, Ester e tantas outras mulheres apaixonadas pela literatura são a prova de que os caminhos de resistência e luta por direitos e por voz das mulheres podem ser percorridos nas palavras. “A literatura é uma fuga que a gente tem para enfrentar e resistir em muitas questões da vida cotidiana”, reforça Ester.

Texto:



Patrick Moraes,
jornalista



FEMINISMO NEGRO

"Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras."

Angela Davis

A resistência da mulher negra

“Ser mulher no Brasil é desafiador, pois, nos são impostos, desde a vida intrauterina, um destino, uma cor (rosa), limites, forma, regras. E o cenário piora quando ousamos ser mulher e ser negra”. A declaração é da professora Letícia Azevedo, que desenvolve pesquisas sobre estudos culturais e relações étnico-raciais na Uesb.

A situação da mulher negra na sociedade, especialmente na brasileira, é um reflexo direto da forma como as camadas sociais são construídas. No Brasil, o racismo e a questão de gênero são os elementos que moldam a pirâmide social. Assim, segundo especialistas, a mulher negra se encontra na base dessa pirâmide.

“As implicações do racismo e do sexismo condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e

marginalização social”, destaca a professora Marise de Santana, coordenadora de Pós-Graduação do Órgão de Educação e Relações Étnicas (Odeere) da Uesb.

A docente explica que os estudos sobre o feminismo deram origem a algumas preocupações no âmbito das relações étnicas, para além das desigualdades de gêneros. “As mulheres passam a ser pensadas a partir de variáveis que indicam histórias de subalternização para se adequarem a uma sociedade ocidental branca, cristã e heterossexual, em espaços domésticos e profissionais”, comenta.

Dentro de uma sociedade com valores e padrões historicamente hegemônicos, os desafios das mulheres negras são ainda maiores, pois, elas estão em situações mais vulneráveis. De acordo com Marise,

as vulnerabilidades são de diversas ordens, como: uma maior possibilidade de ser vítima de homicídio em relação à mulher branca; um maior índice de analfabetismo entre as mulheres negras; e até um maior número de ocupação em postos de trabalho mais precarizados.

Diante desse quadro, segundo a docente, “o caminho é pensar sobre políticas que reafirmem a identidade de mulheres que historicamente foram estupradas por seus senhores, mulheres que foram desprovidas de gênero e da sua ideologia de feminilidade pelo regime escravista. Mulheres que deixam seus filhos para criar os filhos de outras mulheres, mulheres que sofrem violências simbólicas físicas e não físicas todos os dias”.

Já para a professora Letícia, é muito importante o fomento de políticas públicas não somente de inclusão, mas de permanência da mulher negra em seus espaços. “Nascemos em uma sociedade de brancos, estudamos em uma escola de brancos, somos inclinadas a religião dos brancos, somos forçadas a



assumir uma máscara identitária branca e, só posteriormente, a duras penas, conquistamos a liberdade de nos constituirmos negras. Ser mulher negra não mais na senzala, ou na

cama do senhorzinho, não mais submissa aos padrões (eurocêtricos) e tabus, mas, ser mulher negra no universo”, reforça.

Educar para resistir – Além de apresentar e debater dados que envolvem as questões de gênero e da mulher negra, a educação é uma das principais ferramentas para dissipar a ideologia da supremacia masculina/branca. Assim, um dos caminhos para enfrentar as discriminações raciais e étnicas das mulheres negras é criar formas educativas que envolvam mídia, escola, organizações sociais e universidade, para que aprendam/ensinem sobre as lutas e o papel social da mulher negra nos movimentos sociais e feministas.

“É papel da universidade possibilitar processos educativos através de cursos, conforme vem fazendo a Uesb, por meio do Odeere, por exemplo, para engendrar formas de resistências”, lembra a professora Marise. Assim, para Letícia, além de coragem, resiliência, coletividade e luta, é fundamental conhecimento. Por isso, é importante promover uma universidade que reconheça,

respeite e valorize a identidade da mulher negra. “Não cabe mais sermos submissas às instituições sociais que forjam o nosso existir mulher”, conclui a docente.

Texto:



Juliana Silva,
jornalista



ASSÉDIO

"A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas pessoas, que elas não sejam violentadas pelo fato de serem mulheres."
Djamila Ribeiro

Uma luta contra a opressão

Ao longo da história, a sociedade vem apresentando diversos costumes, crenças e, até mesmo, leis como forma de dominação do outro. Dentre essas apropriações, observa-se as mais variadas práticas contra a existência da mulher, independentemente de cor, classe social ou religião, oriundas de uma estrutura patriarcal que se arrasta desde os primórdios da civilização.

Na Uesb, muitas pesquisas e ações vêm sendo realizadas dentro desse contexto, com o objetivo de contribuir para o fim das violências contra o gênero feminino. Uma delas, o assédio, é o objeto de luta e estudo de algumas mulheres na Instituição, que são ativistas na defesa dos direitos das mulheres.

Exemplo disso é o trabalho realizado pela professora Márcia Lemos. Motivada pela

sua atuação em movimentos sindicais e feministas, seus estudos a permitiram perceber o quanto as mulheres são vítimas de assédio nos mais variados ambientes, como em casa, no trabalho, em universidades e escolas, na rua e até no ativismo político.

Sua pesquisa investiga a construção das relações sociais de sexo, bem como a desnaturalização e historicização da condição da mulher. Além disso, busca discutir o modo como o capital tem se apropriado dos paradigmas patriarcais e heteronormativos para aprofundar a expropriação da força de trabalho no Brasil.

De acordo com a professora, fatores econômicos também contribuem para a continuidade do assédio nos dias atuais. “A situação de vulnerabilidade econômica das

mulheres, especialmente as negras e pobres, estimula o assédio moral e sexual. Patrões e chefes usam o temor da mulher em perder seu meio de subsistência para coagi-la a cumprir jornadas de trabalho extenuantes, a tolerar ofensas, constrangimentos e humilhação, além dos abusos relativos ao corpo”, pontua a pesquisadora.

O assédio e suas implicações – “O assédio envolve uma relação de poder, na qual a vítima está, conforme padrões socialmente estabelecidos, em posição hierarquicamente inferior e sente-se vulnerável, humilhada, culpada e com medo de reagir”, explica a professora Márcia.

Ainda segundo ela, o grande problema nessas situações é a culpabilização das vítimas, pois o medo da exposição e até mesmo o julgamento da sociedade impedem que muitas denúncias sejam realizadas. Como consequência desse silenciamento, “as vítimas de assédio podem sofrer com vários problemas de saúde, como depressão, síndrome do pânico, transtorno de ansiedade,



transtorno obsessivo compulsivo, estresse e outros”, esclarece a docente.

Ativismo – “Minha luta começou em 1988, quando eu cursava minha pós-graduação no Rio de Janeiro. Naquela época, as mulheres eram vítimas dos chamados crimes de honra, onde seus companheiros se achavam no direito de fazer justiça com as próprias mãos, lavando o que eles chamavam de honra com sangue e, muitas vezes, tais assassinatos eram

cometidos por uma simples suspeita de uma possível traição”.

Essas palavras são da advogada Arlene Ribeiro, servidora da Uesb e também presidente do Conselho Municipal da Mulher de Vitória da Conquista. Foi a partir dessas histórias relatadas que ela se sentiu impulsionada a lutar em defesa dos direitos da mulher. De acordo com a advogada, o que mais lhe toca é que quando as vítimas passam por situações de violência e realizam uma denúncia são “entregues à própria sorte”, pois as medidas protetivas ainda são falhas.

Apesar da realidade ainda ser cruel para o gênero, Arlene também pontua os avanços no que diz respeito à criação de uma rede de denúncia de assédio. Instituições como a Delegacia da Mulher, o Ministério Público, a Vara da Violência Doméstica, o Conselho da Mulher na Uesb, a Defensoria Pública são algumas das referências no atendimento para situações de assédio hoje.

Diante disso, Arlene reforça que é importante

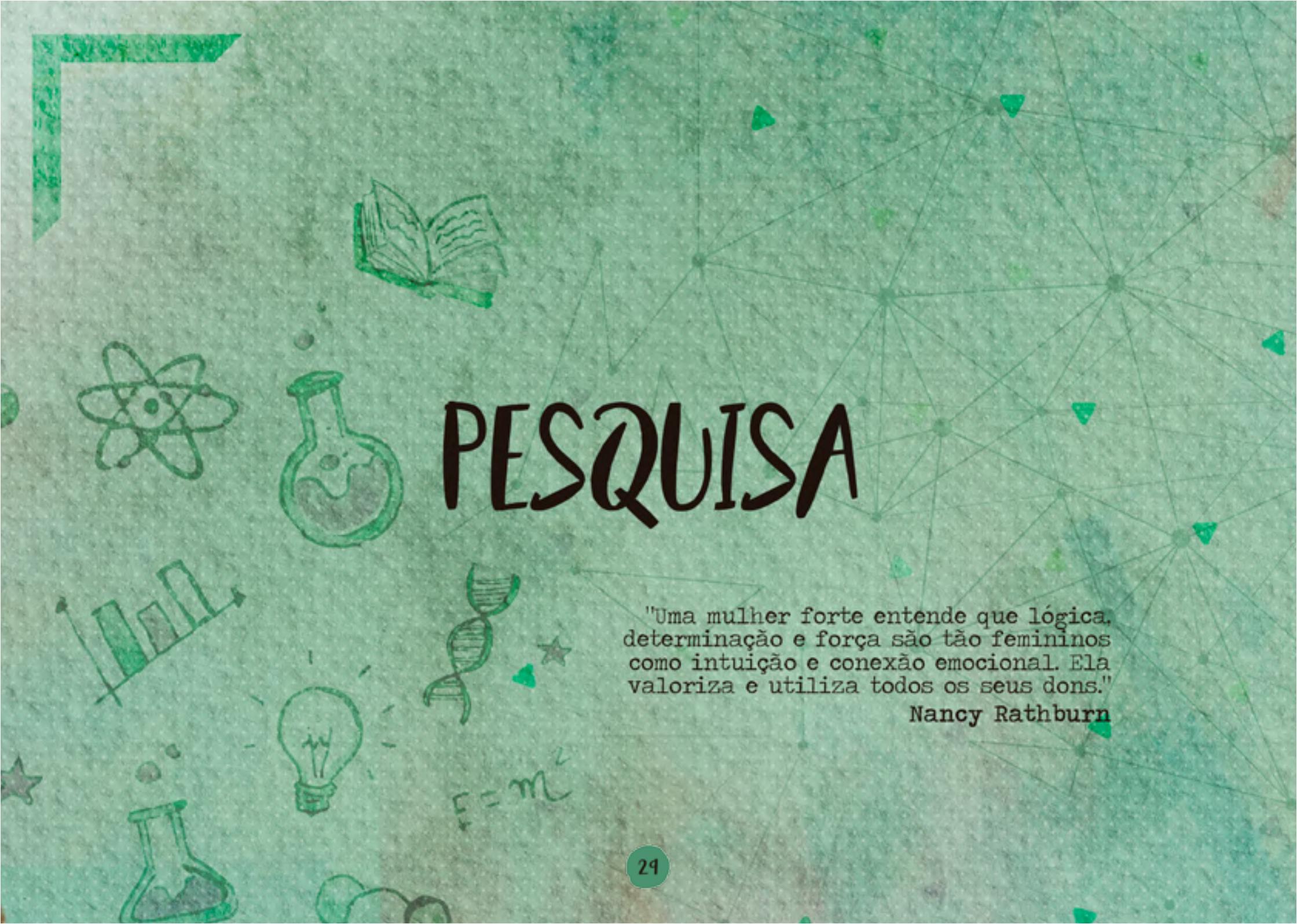
a vítima de assédio, ao identificar a violência que está sofrendo, romper o silêncio e procurar ajuda junto à rede protetiva.

“Derrotar a prática de assédio é uma luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Caso você esteja sendo vítima de violência, seja qual for, procure ajuda”, orienta a advogada.

Texto:



Mara Ferraz,
jornalista



PESQUISA

"Uma mulher forte entende que lógica, determinação e força são tão femininos como intuição e conexão emocional. Ela valoriza e utiliza todos os seus dons."

Nancy Rathburn

Os desafios de ser pesquisadora

Durante o Ensino Médio, Camila Messias leu um livro de Carl Sagan – astrofísico estadunidense –, que abordava também a história de uma física e, logo pensou: “quero ser como ela”. Atualmente, Camila é docente do curso de Física da Uesb, pós-doutora em Física pela Universidade de Brasília, pesquisadora e mãe, não necessariamente nessa ordem.

Embora Camila reconheça uma diminuição nas atribuições universitárias pós-maternidade, ela permanece à frente de projetos de pesquisa. Um deles dialoga com a região. A docente propôs pesquisas que tivessem aplicabilidade em Itapetinga e redondezas. Desse modo, foi iniciada a análise de herbicidas – muito utilizado para matar erva daninhas. “Esses produtos são tóxicos. Quando chove, eles escoam para os rios e os contaminam”, afirma Camila. A interface com

a Física, segundo ela, acontece na análise e avaliação das moléculas desses herbicidas e, posteriormente, haverá uma avaliação dos lençóis freáticos da região.

Na luta pela quebra de estereótipos – Camila foi a primeira mulher contratada para o curso de Física na Universidade, iniciado em 2012. Mesmo assim, durante a cerimônia de abertura, ouviu de um colega que os discentes deveriam “suar as cuecas”. Ao se manifestar contrária a afirmação, o professor fez a retificação para “suar as camisas”. Situações como essa, infelizmente, ainda são comuns, especialmente na área de Física, dominada pelos homens.

“Eu era desafiada constantemente. Duvidavam da minha capacidade intelectual”, relata. Segundo ela, além de enfrentar o machismo,

quando esteve em Brasília para realizar o mestrado e doutorado, também enfrentou a hesitação por ter vindo do interior da Bahia e de uma universidade estadual, a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

Uma levanta a outra – Camila se inspirou na física do livro para se tornar uma física também. Hoje, ela inspira estudantes a seguirem carreira na área. E, assim, o ciclo contínuo de estímulos com uma mulher levantando a outra vai se formando. Com Milena Duarte, docente do curso de Química da Uesb, a rede de apoio familiar permite que ela se sinta confortável em desenvolver suas atividades na Universidade, mesmo transitando semanalmente entre Itabuna – onde mora sua família – e Itapetinga.

A docente coordena um projeto de pesquisa que tem a ozonioterapia como foco. A aproximação dela com a técnica aconteceu após perceber que uma ferida de seu pai – diabético – não curava há mais de 20 anos. Ela então começou a pesquisar possíveis soluções complementares para feridas



Camila Messias



Milena Duarte

crônicas. Nesse período, descobriu o ozônio: “eu trabalho com plantas e extraio o óleo para, posteriormente, ozonizá-lo”, conta.

Na ferida do pai, Milena aplicou o produto em três sessões, o suficiente para cicatrizar definitivamente a ferida. Como já tinha adquirido a máquina, ela aproveitou para estudar os efeitos dos óleos ozonizados em uso tópico. Hoje, seu projeto de pesquisa,

realizado no Centro de Estudos e Análises Cromatográfica (Ceacron), o qual coordena, envolve cinco discentes do curso de Química e já está testando novas possibilidades de aplicabilidade do ozônio, como as pomadas.

Embora a ozonioterapia seja considerada pela Anvisa uma terapia complementar – inclusive, o SUS regularizou seu uso desde 2017 como tratamento medicinal coadjuvante –, a docente assegura que, em sua experiência, os casos de melhora em feridas, cicatrizações, dermatites e psoríase chega a 100%.

Hoje, para que Milena tenha disponibilidade de experimentar – com análises, estudos, leituras, testes –, suas trajetórias profissional e pessoal a forjaram na dedicação à pesquisa. Desde a pós-graduação, ela participa de projetos de pesquisa sobre produtos naturais: “a minha imersão acadêmica, em Itapetinga, é fundamental para que eu consiga me dedicar integralmente à pesquisa. Inclusive, superando a distância familiar”.

Texto:



Tamires Peixoto,
jornalista



AMAMENTAÇÃO

"A beleza que te habita o peito é
tão fascinante, que torna a tua
imagem apenas um detalhe para
fazer os olhos sorrirem."

Sâmia Louise

Direitos e orientação a lactantes

Ao ocupar espaços que lhe possibilitam expressão, a mulher tem a oportunidade de confrontar realidades vividas diretamente pelas próprias mulheres e poder transformá-las. Em uma experiência como essa, Luciana Silva, professora do curso de Direito da Uesb, transformou a inquietação em ação.

Ela teve acesso, como advogada, a um edital de concurso público para docente, no qual as lactantes tinham direito de amamentar durante a prova, mas não tinham esse tempo de amamentação devolvido. Chamou a atenção da professora o fato de que essa candidata acabava em desvantagem em relação aos demais concorrentes.

“Eu fiz uma representação, na condição de

cidadã, ao Ministério Público Federal (MPF) questionando esse edital, que notificou o órgão realizador do concurso. Este, por sua vez, justificou alegando se tratar de uma cláusula comum em concursos e que, por isso, não havia nenhuma violação ao Princípio da Igualdade. O MPF aceitou a justificativa, mas eu fiz um recurso que nunca obtive resposta”, conta.

O fato da cláusula ser tratada como comum levou a pesquisadora a analisar editais de concursos públicos de todo o país. O resultado encontrado foi de seleções que negavam o tempo de amamentação para lactantes; outras que permitiam que as mulheres parassem para amamentar seus filhos, sem tratar sobre a devolução do tempo;

ou ainda, regulamentações que negavam expressamente a reposição desse período. Denunciar a realidade não foi o bastante, era preciso mudá-la. A partir de então, Luciana transformou a pesquisa no projeto de lei que foi apresentado na Câmara Municipal de Vitória da Conquista e se tornou a Lei Municipal nº 2.140/2017, garantindo às mães o direito de amamentar durante seleções e concursos públicos, com a compensação do tempo gasto com a amamentação.

Agora, o projeto que também já chegou ao município de Anagé, pode se tornar lei em todo o estado. Levado à Assembleia Legislativa da Bahia, pela subseção de Vitória da Conquista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio da Comissão da Mulher Advogada de Salvador, a proposta está tramitando na Casa.

“Além de denunciar, a pesquisa da Uesb também tenta transformar essa realidade através da garantia de direitos. A pesquisa, transformada em projeto de lei, é em prol das mulheres que estão amamentando e fazendo



Marizete Argolo



Luciana Silva

concurso público, e em prol também das crianças, porque o direito da amamentação é um direito dúplice”, conclui Luciana.

Orientação e atenção à lactante – Com o objetivo de difundir conhecimentos sobre amamentação que são trabalhados pela

Universidade, o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Aleitamento Materno (Nepeam), do campus de Jequié, tem sido o responsável por capacitar profissionais na área, levar orientações à população e desenvolver estudos relevantes para aprimorar todo o processo.

A professora Marizete Teixeira, coordenadora do Núcleo, explica que o leite materno é o alimento essencial da criança nos primeiros dois anos de vida. “A amamentação traz benefícios para a criança, mulher, família, comunidade e planeta, evitando doenças e mortes infantis e maternas. Portanto, deve ser promovida, protegida e apoiada, e a Universidade tem um papel primordial no que diz respeito ao ensino, a pesquisa e extensão nas questões que envolvem essa prática”, defende a docente, que representa o Núcleo nas reuniões do Comitê Estadual de Aleitamento Materno.

Texto:



Mariana Lacerda,
jornalista



ESPORTE

"Mudanças não acontecem do dia para a noite (...). Temos feito progresso no fronte feminino, mas ainda temos um longo caminho para sermos verdadeiramente iguais."

Billie Jean King

Um time de ouro

Ao longo da história da humanidade, as mulheres têm conquistado espaços significativos na sociedade. No Brasil, já tivemos uma mulher na Presidência da República. Na área jurídica, várias delas ocupam o cargo de ministras do Superior Tribunal Federal. No esporte, grandes atletas enfrentaram obstáculos e chegaram a mundiais, como as ginastas Daiane Santos, Jade Barbosa, no basquete, Hortência Marcari, e no voleibol, Ana Paula Henkel.

Na Uesb, talentos esportivos vêm sendo revelados, sobretudo, com os projetos e atividades promovidas pelo curso de Educação Física. É o caso de Geovana Novaes, estudante na área que, com persistência e superação, já fez história. Geovana leva uma vida corrida entre estudos e treinamentos no futebol de salão feminino. O time de 12

mulheres da Uesb, do qual ela faz parte, já participou de importantes competições.

Em 2017, nos Jogos Universitários (Juba), em Camaçari, Geovana e seu time chegaram à semifinal; em 2018, em Lauro de Freitas, no 2º Festival Universitário Baiano, conquistaram o 3º lugar. “Minha história não é diferente das demais. Comecei no futebol com meninos de rua antes da Uesb. Esporte feminino sempre foi cercado de preconceitos”, conta.

Mas a história nem sempre abriu portas para elas no esporte. “Na década de 1940, mulheres foram impedidas por lei de praticarem modalidades ditas masculinas, como futebol de areia, lutas, entre outras. Em 1979, a lei foi revogada, aí tivemos um crescimento”, lembra Geovana, que cita, como exemplo de superação, a atleta alagoana Marta Viera,

eleita pela sexta vez como a melhor jogadora de futebol feminino do mundo.

Além da prática – O amor pelo esporte também gera frutos que vão além da prática, como o trabalho desenvolvido pela docente Christiane Freitas. Antes mesmo de ser professora, ela chegou a competir como judoca por 25 anos em eventos nacionais e internacionais. “O judô é um esporte extremamente masculinizado e visto de forma preconceituosa. Mas o judô é um esporte pedagógico no qual se ensina a respeitar as diferenças”, afirma.

Foi entendendo essas diferenças que Christiane criou o projeto “Diferentemente Iguais” na Uesb. A ação busca oferecer a prática regular de atividade física a pessoas com deficiência ou algum tipo de limitação física. E aqui não há limites para as modalidades. Seja na dança, na ginástica, na natação, no futebol, o foco é se exercitar.

“Em 2018, atendemos cerca de 50 pessoas e tivemos um resultado satisfatório, inclusive



com prevenção de depressão de uma das participantes e, também, na questão da inserção social e no respeito pelas limitações físicas”, destacou a docente.

Participação expressiva das mulheres – Outro grande projeto de estímulo ao esporte

na Universidade é o “Uesb em Movimento”. Segundo Josiani Vieira, atual coordenadora de Esportes do campus de Jequié, a adesão das mulheres nas iniciativas esportivas tem sido expressiva. “Em 2018, se inscreveram 525 participantes no projeto. 75% desse público é composto pela população feminina. Isso é gratificante, ver muitas delas competindo e ganhando premiações tanto nos esportes quanto em práticas de atividades físicas”, comemora.

Apesar de ainda ser um espaço predominantemente masculino, o esporte já se torna um campo no qual elas mostram, diariamente, o quanto são capazes de entrar, dominar e brilhar.

Texto:



**Carlos Santos,
jornalista**

Licença Poética

Nos olhos, na pele, no peito

Quando a gente cresce, percebe que o sofrimento é um parceiro de vida. Todavia, a tomada de consciência do que é sofrer acontece bem antes disso. Já na infância experimentamos pequenos ou grandes sofrimentos, seja por aquele brinquedo que a mãe disse “na volta a gente compra” e, depois, mudou o trajeto do retorno, seja pelas perdas: de pai, de mãe, de irmãos, amigos, da inocência, da paz, do alimento, da moradia. Há um sem fim de perdas possíveis de se experimentar ainda quando criança. Na vida adulta, a perda do ânimo é uma das que nos afetam profundamente, pois parece nos dizer que não faz sentido ou efeito o nosso movimentar-se para algo, alguma coisa ou alguém.

A perda que a morte provê é uma das que doem mais fundo e cada um sofre à sua

maneira essa mesma dor. O sofrimento advindo da morte, mesmo quando coletivo, é particular. Ele afeta experiências do vivido que só podem ser sentidas na individualidade daquele que viveu. Então, o que seria a empatia? Ah! A tão pronunciada e pouco vivenciada empatia! Parece-me que empatia é uma forma de compreender que o outro sofre e que, por sermos humanos, também sofreremos porque estamos conectados.

O que acontece com o outro nos afeta profundamente, mesmo que não tenhamos consciência atenta a isso. Assim, empatia não seria “colocar-se no lugar do outro”, porque colocar-se no lugar do outro implicaria tomar o que é dele para si. Ninguém toma a dor do outro para si e o deixa sem dor. A cada um cabe viver sua dor, seja a escolhida, seja a da vida.

Não sabemos lidar bem com a morte, nem com a dos outros nem com a nossa, que logo chegará. Se se é mulher, a tessitura do sofrimento amplia a/em cada contexto cultural, pois a ela é dada uma obrigação de ser. Uma mãe viúva, por exemplo, se depara com a sua dor e, antes de lidar com ela, tem que lidar com os outros. Tem que lidar com os olhares dos que sentem pena, dos que dizem se colocar no lugar e falam coisas do tipo “eu sei o que você está passando”, sem ter a percepção de que a gente, na verdade, nunca sabe o que o outro passa ou efetivamente sente.

A dor do outro é sempre uma interpretação nossa, com e a partir das nossas experiências de vida. As nossas experiências podem acessar as experiências dos outros ou vice-versa e, assim, ampliar nossas compreensões sobre o acontecido. Cada um sofre à sua maneira uma mesma dor, e as pessoas raramente se esforçam para compreender e viver essa outra verdade sem se colocar como protagonista no diálogo: “EU já passei por isso”, “EU sei o que é se sentir só”. “EU... EU...

EU...”. E nisso, a viúva morre um pouco mais, porque sua dor é invisível aos outros.

A mulher sofre, de forma única, até nessas situações em que só deveria receber abraços e amor em forma de cuidado. A ela não se dá espaço nem para ser protagonista do seu próprio sofrimento. Essa é mais uma luta que a mulher remonta na sua jornada. Quando se sente sem chão, só, sem direção, não cabe a ela o direito de deixar de agir, mesmo que por um tempo. A responsabilidade pelos filhos, quando os tem, a faz seguir lutando porque é uma responsabilidade que conclama fazer deles seres humanos sabidos na arte de amar o mundo e de pensar sobre ele; de fazê-los saberem-se parte e participe de tudo o que há e do que ressoa do que existe. Uma tarefa infinita, na finitude de uma vida de mãe. E, antes disso, uma tarefa da vida: seguir em frente.

A mulher, até na viuvez, precisa se (re)afirmar como dona de si, de suas ações, enquanto quem sabe o que quer e o que faz, para si e para a sociedade. E demora, demora anos

para ela deixar de ouvir os burburinhos nos corredores do trabalho: “sabia que ela é viúva?”, “olha, ela é viúva e tem uma criança pequena, coitada!”, “veja, é uma mulher forte, perdeu o marido e cuida sozinha da filha, sem ajuda dos familiares!”, “perdeu o marido, e agora? Será que vai se casar novamente?!”, entre tantos outros que emergem a depender da realidade econômica da mulher.

Quando ela deixa de ouvir os burburinhos, ainda lê nos olhos dos outros os mesmos comentários. Porque os olhos dizem sobre e o que se pensa e eles, raramente, conseguem esconder os preconceitos negativos ou o amor que se tem. Assim, em vida, a mulher morre infinitas vezes. É nesse sem fim de “não saberes” que emergem da morte, que nós vivemos.

Enquanto isso, cada um busca à sua maneira uma forma de se fazer presente ou ausente na vida do outro. E a humanidade segue tateando sobre o como agir diante das tantas dores que a aflige. A morte é saber-se bruscamente sem alguém, é ver morrer um

jeito de viver e de ver a vida. E, nesse deparar-se, a viúva também se depara com contexto sócio-político-econômico e cultural que, na maioria das vezes, mutila. Pela dignidade de continuar a ser dona de si, ela se vê diante de uma outra luta – e de outras tantas até o seu último “abrir e fechar de olhos”.

As lutas femininas se remontam e se amontoam no decorrer da existência humana. Somos agredidas em casa, sofremos com todas as ressonâncias que o machismo possibilita. Somos mortas, queimadas, assassinadas, rebaixadas pelos salários menores que os dos homens nos mesmos cargos. Sofremos discriminação, somos assediadas e julgadas negativamente em cada ação nossa: no como educamos nossos filhos, nas roupas que vestimos, na forma que cortamos e pintamos os cabelos e até, imaginem, na cor do esmalte que porventura optemos por usar. Não nos sentimos confortáveis e temos medo de andar sozinhas na rua, seja de dia ou de noite. Como conseguimos viver assim? Lutando! Mesmo, às vezes, sem se perceber na luta.

É assim que o sofrimento, com o tempo, parece pertencer ao que somos e ao que vamos nos tornando. A (re)volta, ou seja, a ação de voltarmos ao que somos e para o que viemos para ser, nem sempre acontece. E seguimos, trazendo na pele o nosso ancestral cansaço (de ser mãe, de ser esposa, de ser trabalhadora, de ser viúva, de ser solitária nas obrigações que nos impuseram socialmente). No peito, uma resiliência sem fim (a luta pela conquista do que é nosso, pela nossa própria natureza, mas que nos foi tirado). E, nos olhos, que vive a marear, os sonhos de dias em que possamos viver em paz.

Élica Paiva,
jornalista e
professora da Uesb



Memórias

Se eu dissesse que Heleusa Figueira Câmara foi uma mulher que viveu 74 anos e que era bonita, inteligente, generosa, dinâmica, amiga e brilhante, estaria lhe atribuindo qualidades verdadeiramente suas e ninguém iria me desdizer.

Acontece, porém, que falar isso sobre Heleusa não me basta, vez que essa não é a verdade completa. Primeiramente, porque os verbos estariam no pretérito, e a presença de Heleusa está e vai continuar por muito tempo entre nós, firmando sua pessoa no presente e em boa parte do futuro.

Depois, porque Heleusa foi e é uma pessoa sem idade. Talvez, se quiséssemos marcar o seu tempo de vida, o mais conveniente seria medi-lo não em anos, mas em séculos, tal era sua sabedoria.

A beleza dessa mulher vai muito além do que os olhos cor do mar, ou dos loiros/brancos cabelos, ou do riso franco e gostoso, ou da voz alentada e carinhosa que ela tinha. A beleza de Heleusa é um tanto indescritível, pois a mensuração desse seu atributo é impossível ser feita mediante observação de características físicas. Sua beleza sempre foi e é comprovada muito mais pelo sentir de quem, com ela, esteve.

Sua inteligência nunca esteve firmada apenas nos títulos que obteve. O de mestra, o de doutora e tantos outros mais foram-lhe absolutamente merecidos e justos. Contudo, eu não diria que o atributo de inteligente é suficiente para Heleusa, visto que ela foi e é uma mulher sábia. Sim! A sabedoria é a marca própria para essa mulher. E inteligência e sabedoria não se equivalem.

Heleusa generosa, dinâmica e amiga. Aquela que sempre dispôs seu pensar e seu sentir, seus ouvidos, ombros e braços para servir. Servir a amigos e à sociedade no sentido mais lato. Agir onde e com quem quase ninguém gostaria de agir. Seu trabalho de leitura, por anos e anos, junto a pessoas aprisionadas confirma o que digo. Sua militância incansável, pelo Brasil inteiro, para a sustentação e continuação do Proler, demonstra a fortaleza da dinâmica que, por toda a vida, a impulsionou.

Heleusa era A PESSOA AMIGA. Não só uma amiga como tantas. Aquela que não partiu de todo, que não nos deixou de vez. Aquela que, por muito e muito tempo, viverá em nós. No meu caso, pelo resto de minha vida.

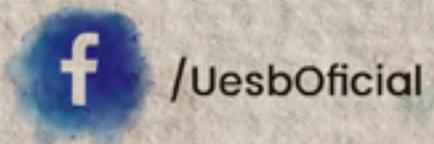
Por fim, não há como deixar de frisar o brilhantismo de Heleusa. Sim! Heleusa, uma mulher brilhante, cujo brilho perdura e, por isso, é presente nos filhos, nos amigos, na Uesb, em Vitória da Conquista, no Brasil e nos cantos do mundo por onde andou e iluminou.



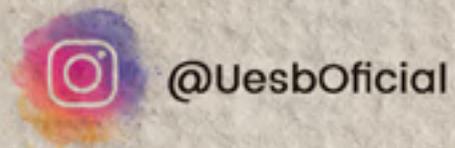
Heleusa Figueira Câmara (1944-2019) foi professora da Uesb por mais de 30 anos e uma das fundadoras do Proler em Vitória da Conquista. Com título de emérita pela Universidade, Heleusa se tornou um dos grandes nomes da educação conquistense.

Ana Isabel Rocha,
professora aposentada
pela Uesb e escritora

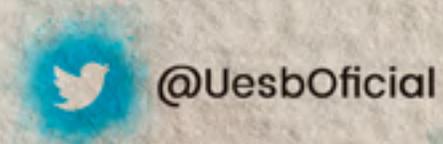




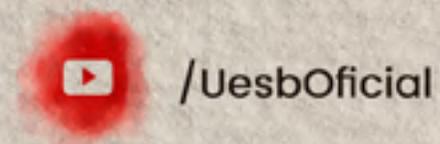
/UesbOficial



@UesbOficial



@UesbOficial



/UesbOficial



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



**GOVERNO
DO ESTADO**
BAHIA. AQUI É TRABALHO